

Estupro não é questão de ‘merecimento’; é crime hediondo e violação dos direitos das mulheres

Parlamentares, especialistas e organizações dos movimentos de mulheres pedem a cassação do mandato do deputado Jair Bolsonaro por quebra de decoro parlamentar, após ataque à deputada Maria do Rosário na Câmara dos Deputados.

“Eu falei que não estuprava você porque você não merece. Fica aqui para ouvir, Maria do Rosário”. A frase repetida nesta semana pelo deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), desta vez em [pronunciamento oficial](#) na Câmara dos Deputados, gerou indignação e manifestações de repúdio por parte de diversos setores da política e da sociedade ao grave episódio de violação aos direitos humanos das mulheres.

Leia mais:

[*Pelo bem da economia, cassem o Bolsonaro, por Rogério Studart \(Brasil Econômico, 12/12/2014\)*](#)

[*Bolsonaro faz nova ofensa a Maria do Rosário: “Não merece ser estuprada porque é muito feia” \(Fórum, 11/12/2014\)*](#)

[*Telia Negrão: Por que se ataca a mulher Maria do Rosário? \(Zero Hora, 10/12/2014\)*](#)

[*PSDB: bancada reitera posição contra qualquer tipo de desrespeito às mulheres \(PSDB, 10/12/2014\)*](#)

[*Internautas resgatam campanha contra estupro pedindo cassação de Bolsonaro \(Correio 24 Horas, 10/12/2014\)*](#)

Estupro não é ‘castigo’ ou questão de ‘merecimento’, é crime hediondo. Segundo a [oitava edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública](#), o número total de casos registrados em 2013 chegou a 50.320, uma média de quase seis a cada hora, um a cada 10 minutos. Porém, esse número pode ser

ainda maior, uma vez que, segundo o documento, pesquisas internacionais indicam que apenas 35% das vítimas de estupro costumam denunciar o crime à Polícia.

A menção ao estupro como prática possível em plena atividade parlamentar fere o juramento de posse que Jair Bolsonaro fez ao assumir o mandato, uma vez que todo detentor de cargo público é obrigado a atuar de acordo com o ordenamento jurídico do País e os acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, que coíbem inclusive a apologia a crimes hediondos, como lembra a juíza do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo Kenarik Boujikian.

“Ele não pode abusar, ir além dos limites que a Constituição estabelece. Nesse sentido, não é razoável um deputado achar que pode ferir a Constituição”, reforça a magistrada. “É inaceitável. Ele não tem estatura para ser um parlamentar brasileiro”, complementa a magistrada.

Quebra de decoro parlamentar

O deputado poderá ser alvo de processo por quebra de decoro parlamentar no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, uma vez que quatro partidos - PT, PCdoB, PSB e PSOL - já solicitaram a cassação de seu mandato.

Além disso, a deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) quer propor uma mudança no Código de Ética da Câmara para incluir agressões machistas como agravante da quebra de decoro parlamentar. Para promover essa alteração é necessário apresentar um projeto de resolução, que pode ser aprovado diretamente pelo plenário ou discutido por uma comissão especial que teria de ser constituída regimentalmente, explica.

A deputada informou que apresentará o projeto nos próximos dias, enquanto coordenadora da bancada feminina, e espera “a adesão de vários deputados para que isso se torne um gesto de alteração em relação à conduta da Casa”.

Questionada sobre por que Bolsonaro, que já sofreu vários processos, inclusive por quebra de decoro, nunca foi punido, Jô Moraes avalia que “há quase uma certa cumplicidade” do Parlamento com tais práticas. “Nunca houve um caso tão grave testemunhado pelos microfones e pela Casa como

este. O caso é grave demais. O pronunciamento dele estimula o crime de estupro”, frisa Jô Moraes.

Segundo [reportagem do jornal Zero Hora](#), o Partido dos Trabalhadores irá ainda ingressar com uma denúncia-crime contra Bolsonaro na esfera judicial pela apologia ao crime de estupro. Em entrevista ao jornal, a deputada Maria do Rosário afirmou que o discurso de Bolsonaro não é um ataque pessoal, mas uma ofensa a todas as mulheres: “Por trás dessa frase existe um discurso de que, em algum momento, um homem como ele pode estuprar uma mulher que escolha. Por isso essa frase me agride, porque é um homem dizendo que tem o poder de escolher quem ele quer estuprar. Essa frase não é contra mim, é contra todas as mulheres. Acho isso muito grave, gravíssimo. Mas não quero nenhuma solidariedade, quero indignação da sociedade”, afirma.

Além do PT, partidos aliados e da oposição também demonstraram indignação com a declaração de Bolsonaro. Um exemplo é o deputado do PSOL, Jean Wyllys, que instou a Corregedoria da Câmara a também se pronunciar sobre a gravidade das declarações.

Até a publicação desta matéria o órgão não havia se manifestado. Já o presidente do Conselho de Ética, deputado Ricardo Izar (PSD-SP), sinalizou em entrevista à Rádio Câmara que o [assunto pode ser arquivado em função da proximidade do encerramento da atual legislatura](#).

O [Secretariado Nacional da Mulher do PSDB](#) divulgou nota no dia 10 condenando a atitude do parlamentar. “Acreditamos que oposição se faz com o debate de ideias, argumentos e propostas, jamais com ataques pessoais ou apologia ao crime. Quando o deputado Bolsonaro diz que a deputada Maria do Rosário não merece ser estuprada dá a entender que algumas mulheres merecem, o que é inadmissível”, afirma o texto.

Desrespeito às mulheres vítimas de estupros no país

A pesquisadora e coordenadora do projeto Promotoras Legais Populares Maria Amélia de Almeida Teles (a Amelinha) recorda que [durante a ditadura militar “o estupro foi uma política de Estado, principalmente contra as](#)

[mulheres militantes que fugiam do estereótipo de submissão no qual a ditadura queria colocá-las](#)”.

Amelinha prossegue lembrando que “Bolsonaro fez parte do sistema repressivo e mantém essa conduta, essa lógica, essa estratégia da repressão de ir contra as mulheres estuprando-as. O que ele fez, ainda que no plano do discurso, foi como se tivesse estuprado todas as parlamentares e mulheres que ousem questioná-lo ou criticá-lo, como um mecanismo de poder sobre a nossa opinião e o nosso corpo, é a dominação do nosso corpo para dominar as nossas ideias. Eu, como vítima da ditadura, sobrevivente, presa política, que fui torturada e sofri violência sexual, sou solidária à deputada e a todas as parlamentares que convivem com este senhor todos os dias”.

O fato de o deputado ter feito apologia a um crime dessa magnitude no plenário da Câmara, além de infringir todo o arcabouço legal, é uma forma de revitimização das mulheres que já passaram por tal violação. “E ele entende que é uma questão de merecimento, uma violação que ele pode cometer se a vítima ‘merecer’ esse crime de lesa-humanidade. Ele tem que ser devidamente processado e perder suas funções porque ele passou de qualquer limite. A Câmara e o Congresso Nacional devem tomar essa atitude para não macular a instituição que é o Legislativo”.

Perplexidade e indignação

A apologia e banalização do estupro na declaração de Bolsonaro gerou indignação não só entre parlamentares, como entre pesquisadores e ativistas dos movimentos de mulheres (*ver box*). Para a socióloga e professora titular da USP (Universidade de São Paulo) Eva Blay, a atitude do parlamentar deve ser punida. “Ninguém está acima da lei: que Jair Bolsonaro seja punido”, defende. “É inaceitável. O Parlamento tem que dar a diretriz, o que os parlamentares fazem é modelo para o resto da sociedade. Um parlamentar que ousa romper dessa maneira com o que está inscrito na nossa Constituição e na legislação brasileira tem que ser punido com a perda de mandato, porque não queremos um representante que atue dessa forma”, conclui Eva, que ocupou o cargo de senadora pelo PSDB entre 1992 e 1995.

A declaração do deputado em plena atividade parlamentar na Câmara dos

Deputados vai na contramão dos debates dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, campanha que contou recentemente com sessão especial no Senado. “Com perplexidade assistimos ao deputado Bolsonaro, em plena tribuna da Câmara Federal, fazer apologia do crime de estupro, julgando-se acima da lei e da ética. Julgando-se protegido pela imunidade parlamentar, o deputado recorreu à figura de um crime hediondo para se contrapor ao discurso de ideias e opinião da deputada Maria do Rosário”, frisa a diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, Jacira Melo.

“Em lugar do debate, Bolsonaro propõe um ‘castigo extremo’, o estupro. Trata-se de uma ofensa a todas as mulheres, um gesto de banalização de um ato de violência extrema. É inaceitável! Em nome do Estado de Direito, o Legislativo federal precisa e deve punir exemplarmente o deputado Bolsonaro”, complementa.

[table id=3 /]

HISTÓRICO DE DESRESPEITO

[easyrotator]erc_4_1418304629[/easyrotator]

Contatos



Eva Blay - socióloga e professora titular da
Universidade de São Paulo
eblay@usp.br



Jacira Melo - diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão
(11) 3262-2452



Jô Moraes - Deputada Federal
dep.jomoraes@camara.leg.br



Kenarik Boujikian - juíza do Tribunal de Justiça do
Estado de São Paulo
kenarik@uol.com.br



Maria Amélia de Almeida Teles - pesquisadora e coordenadora do projeto
Promotoras Legais Populares
11 3283.4040
amelinhateles@globo.com

Violência sexual disseminada na Ditadura deve ser lembrada e punida como crime de lesa-humanidade

(Géssica Brandino/ Agência Patrícia Galvão, 11/12/2014) A violência sexual como método de tortura física e psicológica como política de Estado vitimou mulheres e homens durante a Ditadura Militar, constituindo graves violações aos direitos humanos e crimes contra a humanidade. Para elas, entretanto, a crueldade era intensificada pelo fato de serem mulheres. Depoimentos das sobreviventes colocam em evidência os múltiplos métodos usados pelos agentes da repressão: estupros, humilhação ininterrupta, desnudamento forçado, abortos provocados, separação dos filhos e tortura contra os companheiros e familiares.

Leia mais:

[Human Rights Watch afirma que Brasil deve agora julgar responsáveis por crimes da ditadura \(EFE, 10/12/2014\)](#)

[Comissão da Verdade pede mediação do Congresso para militares assumirem violações \(Câmara Notícias, 11/12/2014\)](#)

[Ativistas de direitos humanos cobram revisão da Lei de Anistia \(Senado Notícias, 11/12/2014\)](#)

O cenário desumano é detalhado no capítulo [“Violência sexual, violência de gênero e violência contra as mulheres e crianças”](#) do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), divulgado ontem (10/12). O texto utilizou como base a definição de “discriminação contra a mulher” da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), definida como toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher dos direitos humanos e liberdades fundamentais.

Lucia Murat, contou em depoimento à CNV em maio ter sido vítima de tortura sexual, e que poderia ter provocado sua própria morte, caso tentasse se proteger. “Eu ficava nua, com o capuz na cabeça, uma corda enrolada no pescoço, passando pelas costas até as mãos, que estavam amarradas atrás da cintura. Enquanto o torturador ficava mexendo nos meus seios, na minha vagina, penetrando com o dedo na vagina, eu ficava impossibilitada de me defender, pois, se eu movimentasse os meus braços para me proteger, eu me enforcava e, instintivamente, eu voltava atrás”.

Com base em testemunhos como o de Lucia junto a investigações do grupo de trabalho “Ditadura e Gênero”, a CNV constatou que a violência sexual praticada por agentes públicos ocorria de forma disseminada, com registros que coincidem com as primeiras prisões, logo após o golpe de Estado, constituindo instrumento de tortura e violação dos Direitos Humanos.

“Inserida na lógica da tortura e estruturada na hierarquia de gênero e sexualidade, a violência sexual relatada por sobreviventes da ditadura militar constitui abuso de poder não apenas se considerarmos poder como a faculdade ou a possibilidade do agente estatal infligir sofrimento, mas também a permissão (explícita ou não) para fazê-lo. Foi assim que rotineiramente, nos espaços em que a tortura tornou-se um meio de exercício de poder e dominação total, a feminilidade e a masculinidade foram mobilizadas para perpetrar a violência, rompendo todos os limites da dignidade humana”, descreve o texto.

De acordo com o [Estatuto de Roma](#), citado pelo documento, a agressão sexual, escravidão sexual, prostituição, gravidez e esterilização forçadas ou qualquer outra forma de violência sexual de gravidade comparável constituem crimes contra a humanidade.

Práticas como detenção arbitrária e tortura, por meio de choques nos órgãos genitais, golpes nos seios e no estômago para provocar aborto ou afetar a capacidade reprodutiva, introdução de objetos e/ou animais na vagina e/ou ânus e choque elétrico nos genitais foram cometidas contra as mulheres presas em diversos locais: DEIC, DOI-CODI, DOPS, Base Aérea do Galeão, batalhões da Polícia do Exército, Casa da Morte (Petrópolis), Cenimar, CISA, delegacias de polícia, Oban, hospitais militares, presídios e quartéis. A

violência sexual nesses locais era empregada como arma.

As mulheres, militantes ou não, incluindo religiosas, eram tidas como merecedoras de violações pelos militares, formados em uma ótica sexista e homofóbica. Para as militantes, porém, a situação se agravava. Contra elas a tortura também era empregada para arrancar delações sobre namorados, maridos e companheiros. Entre os casais presos, era comum que a mulher fosse violentada na frente do parceiro, imobilizado no pau de arara e também vítima de violência.

Márcia Bassetto Paes relatou ao CNV a tortura sofrida quando foi presa com Celso Giovanetti Brambilla pelo Deops/SP, em 28 de abril de 1977. “Na questão da mulher, a coisa ficava pior porque... quer dizer pior, era pior para todo mundo, não tinha melhor para ninguém, né? Mas [...] existia uma intenção da humilhação enquanto mulher. Então, o choque na vagina, no ânus, nos mamilos, alicate no mamilo, então... eram as coisas que eles faziam. Muitas vezes, eu fui torturada junto com Celso Brambilla porque a gente sustentou a questão de ser noivo. Eles usaram, obviamente, essa situação, esse vínculo, suposto vínculo, além da militância, que seria um vínculo afetivo também, para tortura”.

A maternidade também era usada como instrumento de destruturação das mulheres. Ameaças aos filhos recém-nascidos, injeções para cortar o leite das lactantes e separação compulsória das crianças eram frequentes. “Mutilações nos seios privaram mães de amamentar seus bebês. Úteros queimados com choques elétricos tornaram muitas mulheres incapazes de engravidar ou de levar adiante uma gestação”, revela o documento.

Com menos de dois anos de idade, a filha de Eleonora Menicucci de Oliveira, atual ministra chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, então militante, foi ameaçada pelo uso de choques elétricos, por Lourival Gaeta. “Um dia, eles me levaram para um lugar que hoje eu localizo como sendo a sede do Exército, no Ibirapuera. Lá estava a minha filha de um ano e dez meses, só de fralda, no frio. Eles a colocaram na minha frente, gritando, chorando, e ameaçavam dar choque nela. (...) Até depois de sair da cadeia, quase três anos depois, eu convivi com o medo de que a minha filha fosse pega”.

Muitas vítimas fatais da ditadura foram submetidas à violência sexual antes de desaparecer ou de serem assassinadas. Foi o caso de Anatalia de Souza Melo Alves, que teve os órgãos genitais queimados, antes de sua morte, em janeiro de 1973, no local em que funcionava a Seção de Comissariado da Delegacia de Segurança Social da Secretaria de Estado dos Negócios de Segurança Pública, em Pernambuco.

O relatório aponta também as marcas permanentes deixadas nas mulheres que sobreviveram à tortura: medo, vergonha, angústia e interferência nas decisões sobre os rumos para a própria vida.

“O fato de os crimes terem sido cometidos por agentes públicos encarregados de proteger a sociedade, a vida e a integridade física de seus cidadãos os fez aumentar o sofrimento da maioria dos sobreviventes, que ainda hoje padecem ao lidar com o estigma em torno dos crimes sexuais, a indiferença da sociedade e a impunidade dos violadores”, aponta o documento.

Essa é a realidade de Cristina Moraes Almeida, presa pela primeira vez aos 19 anos, em 1969. Nas sessões de tortura, sofreu mutilações na região do tórax e nos seios e teve a perna estraçalhada por uma furadeira.

“Eu quero esquecer. Mas eu te pergunto: qual é o profissional, na Psicologia, que vai apagar essas marcas? Não tem. Não tem. E hoje em dia eles [torturadores] dizem: ‘eu não sei, eu não vi, não me comprometa’. Olha, tacharem como torturador é um elogio. Assassino em série, sem sombra de dúvida. [...] Eu quero sair deste capítulo. Porque eu estou vivendo como se fosse ontem”.

A feminista [Maria Amélia de Almeida Teles](#), a Amelinha, foi presa na Operação Bandeirante (OBAN) com o marido, César, em 1972, quando era militante política. Na prisão foi torturada e teve a maternidade usada contra ela ao ter suas crianças, Janaína e Edson, raptadas na Operação Bandeirante e levadas à sala de tortura para presenciar a violência sofrida pelo casal na prisão. Após o lançamento do relatório final da CNV, Amelinha declarou esperar que a justiça seja feita para as vítimas.

“O estupro era usado largamente. Muitas mulheres foram estupradas e até diria que as que foram assassinadas ou estão desaparecidas também viveram uma violência sexual como arma do inimigo, quando o Estado se declara dono do corpo dela, com poder político e social sobre ela”, afirma a ativista, que explica que, “durante a Ditadura Militar, foi grande o número de depoentes vítimas que denunciaram os estupros e nós, do movimento feminista, entendemos que o estupro praticado por um agente do Estado, em pleno exercício da sua função, como uma ação repressiva deve ser considerado uma violação de direitos humanos e crime de lesa-humanidade. Portanto, são crimes imprescritíveis e que devem ser devidamente punidos, como previsto pelos tratados internacionais”.

Fórum Fale sem Medo: reconhecer tipos menos visibilizados de violência é passo essencial para prevenção

Especialistas debatem caminhos para reverter a naturalização da violência contra mulheres que prevalece entre os jovens

(Agência Patrícia Galvão, 08/12/2014) Os jovens aprovam a Lei Maria da Penha e percebem a existência do machismo no país. É o que mostra a [pesquisa encomendada pelo Instituto Avon ao Data Popular](#) para abrir os debates do Fórum Fale Sem Medo, que aconteceu no último dia 3, em São Paulo. Contudo, boa parte desses mesmos jovens reproduzem comportamentos que subjugam a autonomia e os direitos das mulheres e que

estão na raiz de diferentes formas de violência física, moral e psicológica contra mulheres de todas as idades.

Promovida pelo Instituto Avon no âmbito da campanha mundial “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher”, a segunda edição do Fórum reuniu neste ano gestores, pesquisadores, promotores, jornalistas, ativistas e especialistas para debater formas de impedir a reprodução da violência baseada em gênero entre as gerações.

“De alguma forma, já percebemos entre os jovens indícios de que não há mais a mesma tolerância de antigamente em relação à violência a que eles assistem em suas casas. No entanto, ainda que inconscientemente, estes mesmos jovens estão reproduzindo o cenário de controle e desrespeito nas relações afetivas que, mais dia ou menos dia, redundam em violência”, aponta a presidente do Conselho Executivo do Instituto Avon Alessandra Ginante.

Educar contra a discriminação

Diante dos achados da pesquisa, os presentes foram unânimes em destacar que é preciso debater com as novas gerações quais são os papéis sociais de gênero e como eles podem alimentar relações violentas, para com isso desnaturalizar as várias formas de violência contra as mulheres que acontecem cotidianamente.

“A pesquisa deixa muito claro que os jovens têm dificuldade em entender o que é violência. Essa falta de percepção permite a perpetuação dos atos de agressão e da desigualdade de gênero. A pesquisa mostra como tudo isso é naturalizado na sociedade”, explica Jacira Melo, diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, organização que foi consultora da pesquisa e dos conteúdos do Fórum.

O levantamento apontou, por exemplo, que a maioria dos mais de dois mil jovens entrevistados, com idades entre 16 e 24 anos, já nos primeiros relacionamentos convive com situações como: o impedimento de que a mulher use determinada roupa, que ela saia sozinha com amigos, a invasão de suas contas nas redes sociais pelo parceiro e a não aceitação quando a mulher decide romper o relacionamento.

Confira alguns dados da pesquisa (ou [clique aqui para acessar o documento na íntegra](#))

[easyrotator]erc_87_1418047563[/easyrotator]

Os jovens mudaram ou hoje as formas de violência são outras?

A socióloga Vera Aldrighi, especialista em pesquisas de opinião e comportamento, avalia que a natureza da violência hoje é completamente diferente, houve uma mudança de percepção. Isso não significa que a violência em si tenha aumentado, mas que aumentaram a reprovação e a exposição. “É isso que nos faz ter a impressão de que aumentou a violência em si”, aponta.

Em sentido semelhante, a pesquisadora Heloísa Buarque de Almeida avalia que este é um momento de transformação social muito grande, em que a violência contra as mulheres tende a aparecer mais, justamente porque as pessoas começam a perceber como violência várias situações que antes não viam.

Professora do Departamento de Antropologia da FFLCH/USP, Heloísa atualmente coordena uma pesquisa sobre estupros no campus da USP e avalia que as discriminações que existem nas universidades públicas e privadas expõem como a violência contra as mulheres, o racismo, a homofobia e a transfobia independem de classe social ou formação educacional. “Fica patente como é necessário criar uma espécie de pauta dos direitos humanos na educação. E é preciso ensinar para os rapazes a cultura do consentimento. O cara tem que entender que se a mulher não pode consentir – seja porque está bêbada, desacordada, o que for – ele não pode abusar dela. Sexo sem consentimento é estupro”, frisa.

Mídia e educação devem ser prioridades

Para mudar este cenário, os especialistas presentes recomendam como fundamentais ações e políticas públicas que envolvam a educação e a mídia, para disseminar valores de igualdade e respeito e mostrar que é papel de

toda a sociedade enfrentar as discriminações e reverter a banalização de todas as formas de violência.

Nesse sentido, a secretária de Políticas para as Mulheres de Santo André (SP), Silmara Conchão, relatou no evento a experiência do município em promover a formação sobre as relações de gênero de 80 professores e diretores da rede municipal usando os materiais da Campanha '[Quem Ama Abraça - Fazendo Escola](#)'. "Se ainda não há uma lei federal inserindo o estudo das relações de gênero nos currículos escolares, os municípios podem se mobilizar e fazer isto localmente, não temos que ficar esperando", instigou a secretária, que é também professora.

Convidada a participar do painel de debate sobre a pesquisa, a cantora e compositora paulistana Negra Li, que participou de um dos vídeos de divulgação da Campanha, considera que os artistas também devem se engajar nesta causa, ajudando a conscientizar as pessoas sobre o problema da violência contra as mulheres. "Assim como o racismo, ainda existe um machismo camuflado muito forte", afirmou a cantora, que cantou um trecho da música tema da Campanha, que foi tocada em seguida no vídeo exibido aos participantes (*confira abaixo*).

Segundo a artista plástica Ana Paula Alves, professora de artes, grafiteira e integrante da Rede Nami, o ativismo pelo fim da violência e a arte foram fundamentais para seu fortalecimento, depois de viver uma situação de violência. Por conta de uma gravidez indesejada, a artista foi forçada pela família a casar muito jovem e já aos 20 anos foi vítima de violência pelo marido. "A violência é como uma cicatriz, a ferida estanca, mas a marca está sempre ali", afirma.

Atualmente, Ana Paula atua visitando escolas para discutir o problema com adolescentes e ajudá-las a identificar uma situação de violência. Também leva informações sobre caminhos de denúncia e apoio, como pela [Central de Atendimento a Mulher - Ligue 180](#), que ela divulga nos lugares que visita.

Políticas públicas e responsabilidade empresarial

Na avaliação da secretária de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM-PR), Aparecida Gonçalves, a pesquisa sobre a percepção dos jovens sobre a violência contra mulheres trouxe elementos que irão contribuir para o aprimoramento das estratégias da política pública de enfrentamento à violência em 2015. “A sociedade precisa superar as discriminações e propagar novos valores de igualdade, sem machismo, racismo e homofobia”, aponta.

A secretária destaca ainda que é fundamental que as empresas também assumam suas responsabilidades nessa frente. “O Ligue 180 recebe em média 22 mil ligações por dia de mulheres pedindo ajuda, e a cada 5 minutos uma mulher é agredida no Brasil. Ou seja, as empresas podem ter muitas mulheres que sofrem violência e muitos agressores nos seus quadros”, frisou, convidando outras companhias a seguir os passos do Instituto Avon, que é apoiador da [Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha](#) - uma cooperação entre Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria e empresas, que busca engajar esses atores na promoção dos direitos das mulheres a uma vida livre de violência.

***Confira alguns momentos do Fórum Fale sem Medo
Violência contra a mulher: o jovem está ligado?***

[easyrotator]erc_98_1417719785[/easyrotator]

**Denúncias envolvendo a
Faculdade de Medicina da USP
expõem urgência da educação**

sobre direitos humanos

(Agência Patrícia Galvão) As [denúncias envolvendo a Faculdade de Medicina da USP \(FMUSP\)](#) trouxeram à tona questões essenciais para que um número bem mais amplo de mulheres tenham garantido seu direito a uma vida sem violência: a necessidade urgente de trabalhar o tema dos direitos humanos na educação para desconstruir a discriminação de gênero, por um lado; e o peso da omissão institucional na naturalização e reprodução da violência, por outro.

Direitos humanos como pauta dos cursos universitários

As denúncias sobre repetidos abusos sexuais e discriminações em um dos cursos superiores mais concorridos do País demonstram que, conforme apontado por especialistas consultados pela Agência Patrícia Galvão, a violência contra as mulheres independe de classe social ou formação educacional. “Fica patente como é necessário criar uma espécie de pauta dos direitos humanos em vários cursos, promovendo o enfrentamento à homofobia, ao racismo e ao machismo. As minorias são muito fragilizadas e isso é assustador”, aponta a pesquisadora e professora do Departamento de Antropologia Social da USP Heloísa Buarque de Almeida, que coordena o programa USP Diversidade, ligado ao Núcleo de Direitos Humanos da Reitoria.

Leia também: [Estupros na USP expõem omissão de universidades](#)

Nesse contexto, aponta a pesquisadora, é necessário combater a cultura machista disseminada nas universidades nos cursos existentes nas diferentes áreas. “É preciso ensinar para os rapazes a cultura do consentimento. O cara tem que entender que se a mulher está bêbada, desacordada, ele não pode abusar dela. Sexo sem consentimento é estupro e é muito difícil falar sobre isso no Brasil, porque a ideia do ‘quem mandou beber até cair, a culpa é dela’, infelizmente, ainda é muito difundida”, destaca a professora.

Viés moralista estimula a culpabilização da vítima

[De acordo com a também antropóloga e pesquisadora da USP Beatriz](#)

[Accioly](#), a violência de gênero está justamente associada a convenções do que se espera de homens e mulheres na sociedade. “Quando falamos de gênero, que são essas construções sociais acerca do que é masculino e do que é feminino, estamos olhando para certas características que, associadas ao masculino e ao feminino, favorecem violências”, explica.

Nos casos da violência sexual, é bastante comum, por exemplo, que se menospreze a gravidade do crime culpando a própria vítima pela violência sofrida. “A questão de gênero na violência sexual aparece muito associada ao que se espera de uma mulher ‘recatada’. Então, se a mulher não faz aquilo que se espera dela do ponto de vista de uma moral sexual, ela está em risco e talvez acabe sendo culpada pela própria violência que sofreu”, aponta.

As especialistas também apontam que os estereótipos que reforçam práticas de violência precisam ser desconstruídos, como a hipersexualização da mulher. “Segundo esse estereótipo da hipersexualização é como se uma mulher que já fez sexo uma vez fosse sempre estar sempre disposta, a fim de sexo”, exemplifica Heloísa Buarque de Almeida.

Muitas vezes, porém, as instituições e serviços do Estado, por ação ou omissão, reforçam esses estereótipos ao invés de coibi-los. Casos como da FMUSP são recorrentes tanto no País quanto fora dele. Nos Estados Unidos o Departamento de Educação investiga 86 instituições de ensino superior por supostamente ignorarem casos de violência sexual em suas dependências. “Estes casos precisam ser denunciados para mostrar que isso não acontece só nas classes populares e nem com quem tem pouca educação, porque está acontecendo nas universidades”, frisa a pesquisadora.

Rompendo a barreira da invisibilidade

Para mudar esse cenário, a médica e professora do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP, Ana Flávia D’Oliveira, aponta como primeiro desafio tirar os casos da invisibilidade e conscientizar sobre as desigualdades existentes entre homens e mulheres, revertendo discriminações baseadas no gênero que se articulam com outros marcadores sociais, como raça e classe social, gerando violações à integridade física, moral ou psicológica da mulher.

“Precisamos em primeiro lugar ver e fazer ver os casos de violência, acolhendo as vítimas, combatendo a sua culpabilização e responsabilizando os agressores. É necessário também campanhas de educação e reflexão para que a sexualidade de homens e mulheres possa ser reconhecida e valorada como uma dimensão importante e positiva da vida e possa ser exercida de forma livre e responsável em relação a si mesma/o e aos outros/as”.

Após meses de insistência e de repetir inúmeras vezes os relatos da violência sofrida, as vítimas e os coletivos feministas na FMUSP começam a receber apoio e respostas: os casos de abuso sexual e violações de direitos humanos serão investigados por uma [Comissão Parlamentar de Inquérito \(CPI\)](#), proposta pelo deputado estadual Adriano Diogo (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Alesp, que promoveu as audiências públicas sobre as denúncias nas últimas duas semanas.

Recentemente, o [Anuário da Segurança Pública](#) apontou, entretanto, que a estimativa é que apenas 35% dos estupros são denunciados. Na percepção da antropóloga Heloísa Buarque esse número pode ser ainda menor uma vez que, dada a naturalização da violência de gênero, por vezes as mulheres sequer reconhecem que foram vítimas de uma violência e internalizam discriminações, como a de serem responsabilizadas pelo estupro que sofreram.

Para incentivar as denúncias, no caso da USP a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão fará um levantamento *online* para mapear os casos de homofobia, racismo e machismo - incluindo violência sexual - na instituição.

“As universidades estão tendo que inventar políticas para uma coisa que elas não imaginavam que acontecia. Muitas estão fazendo manuais e cartilhas sobre trote, que é um momento de violência não só contra as mulheres, tentando criar políticas que não existiam. Neste momento não temos nenhum bom sistema - nem de acolher as denúncias ou as vítimas, nem de pensar políticas. Estamos tentando criar isso agora”, reforça Heloísa.

Investir no enfrentamento

Outra medida recomendada, no caso da Faculdade de Medicina, é a criação

do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da FMUSP, que deve prestar atenção integral às vítimas, com acolhimento e assistência psicossocial e jurídica, e conter mecanismos que possibilitem processos administrativos e sindicâncias transparentes, justas e eficazes, com a responsabilização dos agressores de acordo com as normas da Universidade.

O funcionamento do Centro dependerá da aprovação da Congregação da FMUSP e, depois, de sua organização e regulamentação, que poderão ocorrer em breve, conforme explica a professora Ana Flávia. “Temos grande esperança de que o Centro venha a ser um mecanismo inovador e pioneiro na universidade brasileira, fazendo jus à vocação da FMUSP, e estamos à disposição para apoiar no que for possível”.

A expectativa é que um espaço deste tipo atue também na prevenção de casos semelhantes por meio da conscientização de professores, alunos e funcionários nos temas de respeito aos direitos humanos e no combate ao racismo, machismo e homofobia através de campanhas, seminários e outros eventos e fóruns de discussão.

“Este processo educativo visa prevenir a ocorrência de novos casos e formar profissionais de saúde que promovam os direitos humanos como uma questão de saúde, superando a dicotomia entre competência técnica e postura ética e compreendendo a profunda articulação entre estas duas dimensões da atuação profissional”, defende a médica.

O Departamento de Medicina Preventiva da FMUSP solidarizou-se com as vítimas e defendeu uma série de intervenções para reverter o cenário existente hoje. Em nota, os profissionais manifestaram “indignação diante dos casos de violação de direitos, discriminação e violências ocorridos na Faculdade de Medicina da USP. Também estamos consternados com o fato de não termos estado cientes de toda essa situação e, portanto, falhado em proteger os mais vulneráveis e mesmo já estarmos atuando para prevenir tais situações”.

O Departamento também apontou que “são urgentes e necessárias mudanças que sintonizem a Universidade com valores sociais de respeito às diferenças e boa convivência na pluralidade de indivíduos, com consequente formação

de médicos adequados ao que a sociedade brasileira espera, profissionais capazes de unir a competência técnica com a ética e o respeito aos direitos humanos”.

Contatos



Ana Flávia D'Oliveira - Doutora, professora do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP

(11) 3061-7085 ou
3061-7285 - vawbr@usp.br/ aflolive@usp.br



Beatriz Accioly - antropóloga, pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença do Departamento de Antropologia da FFLCH/USP

bia.accioly.lins@gmail.com



Heloísa Buarque de Almeida - pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença do Departamento de Antropologia da FFLCH/USP e coordenadora do programa USP Diversidade

helobrun@uol.com.br

25 de novembro: Eliminação da violência contra as mulheres requer mobilização permanente

(Agência Patrícia Galvão) No dia escolhido mundialmente para promover uma mobilização pela eliminação da violência contra as mulheres, o [25 de novembro](#), especialistas entrevistados pela *Agência Patrícia Galvão* alertam que enfrentar a chamada violência de gênero - que coloca em risco mulheres de diferentes realidades, países, idades, condições socioculturais e econômicas - é um desafio permanente.

Para marcar a data, dados da [Organização Mundial da Saúde \(OMS\) divulgados na última sexta-feira \(21/11\)](#) assinalaram a gravidade do problema: os estudos indicam que uma em cada três mulheres no mundo é vítima de violência conjugal. Além da violência doméstica, a OMS estima que entre 100 e 140 milhões de mulheres sofreram mutilações genitais, 70 milhões de meninas se casaram antes dos 18 anos e 7% das mulheres correm risco de ser vítimas de estupro ao longo da vida.

Única brasileira a participar da série de estudos da OMS, a médica e professora do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP, Ana Flávia D'Oliveira, avalia que a invisibilidade contribui para que a violência de gênero se perpetue na sociedade.

“Apesar de frequentes, poucos casos de violência sexual chegam a público porque as vítimas podem ter vergonha, podem ser ameaçadas se denunciarem, podem ser culpabilizadas pela própria vitimização (como no caso de serem acusadas por determinados comportamentos, como beber ou usar determinadas roupas). A falta de reconhecimento do problema, canais acolhedores para denúncia e responsabilização do agressor aumentam a invisibilidade”, exemplifica.

Cenário preocupante

No Brasil, a situação não é menos grave: segundo a [oitava edição do Anuário](#)

[Brasileiro de Segurança Pública](#), o número total de estupros registrados em 2013 chegou a 50.320, uma média de quase seis a cada hora, um a cada 10 minutos. Porém, esse número pode ser ainda maior, uma vez que, segundo o documento, pesquisas internacionais indicam que apenas 35% das vítimas de estupro costumam denunciar o crime à Polícia. Isso significa que é possível que no Brasil tenham sido cometidos 143 mil estupros em 2013, de acordo com estimativas do Anuário, o que elevaria o número desse tipo de violência para um a cada 4 minutos.

Com uma taxa de 4,4 assassinatos em 100 mil mulheres, o Brasil também está entre os países com maior índice de homicídios femininos: ocupa a sétima posição em um *ranking* de 84 nações, segundo dados do [Mapa da Violência 2012](#) (Cebela/Flacso).

Nos primeiros seis meses de 2014, a [Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180](#) realizou 265.351 atendimentos, sendo que as denúncias de violência corresponderam a 11% dos registros - ou seja, foram reportados 30.625 casos - somente por essa via em seis meses. Em 94% dos casos, o autor da agressão foi o parceiro, ex ou um familiar da vítima.

Para coibir a violência contra as mulheres na sociedade brasileira, além de garantir os direitos em casos em que a violência já aconteceu, com acolhimento das vítimas e responsabilização dos agressores, é preciso atuar também para que ela não aconteça, promovendo a reflexão e o debate público sobre esta grave violação de direitos humanos.

Nesse sentido, a professora Ana Flávia aponta como primeiro desafio tirar os casos da invisibilidade e conscientizar sobre as desigualdades existentes entre homens e mulheres, revertendo discriminações baseadas no gênero, que se articulam com outros marcadores sociais como raça e classe social, gerando violações à integridade física, moral ou psicológica da mulher.

Violência e gênero

De acordo com a antropóloga e pesquisadora da USP Beatriz Accioly, a violência de gênero está associada a convenções do que se espera de homens e mulheres na sociedade. “Quando falamos de gênero, que são essas

construções sociais acerca do que é masculino e do que é feminino, estamos olhando para certas características que, associadas ao masculino e feminino, favorecem violências”, explica.

Associar, por exemplo, a feminilidade a uma ideia de manutenção do relacionamento, de que todas as mulheres gostam de ter relacionamentos, de estar casadas, e de que são elas as responsáveis por manter os vínculos e fazer as relações afetivas durarem acaba estimulando que se fique em uma relação independentemente da qualidade ou até da violência doméstica. “Também, por exemplo, quando se associa masculinidade à agressividade, a resolver atritos de uma forma mais truculenta, isso também favorece a violência de gênero”, exemplifica a pesquisadora, que integra o Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença da Universidade de São Paulo (USP).

Nos casos de violência sexual, é bastante comum, por exemplo, que se menospreze a gravidade do crime culpando a própria vítima pela violência sofrida. “A questão de gênero na violência sexual aparece muito associada ao que se espera de uma moralidade de uma mulher ‘recatada’. Então, se a mulher não obedece aquilo que se espera dela do ponto de vista de uma moral sexual, ela está em risco e talvez acabe sendo culpada pela própria violência que sofreu”, aponta.

Esses supostos papéis associados ao masculino e feminino que, carregados de desigualdades, contribuem para que as mulheres estejam mais expostas a certos tipos de violência, como a doméstica e a sexual, são naturalizados e reproduzidos, muitas vezes, pelos próprios profissionais envolvidos nos serviços de proteção às mulheres.

[Em entrevista ao Informativo Compromisso e Atitude, a defensora pública de São Paulo, Juliana Belloque](#), aponta a falta de compreensão das discriminações de gênero como uma das principais barreiras para o acesso das mulheres à Justiça nas diferentes realidades em que vivem as brasileiras.

“Um dos grandes desafios que permanecem - e não só no que diz respeito ao Poder Judiciário, mas à sociedade como um todo - é a assimilação e a compreensão do conceito de gênero para podermos enfrentar de uma forma

mais completa a questão da discriminação. E os juízes e juízas, assim como promotores, defensores, advogados e todos aqueles que trabalham com essas questões, são homens e mulheres inseridos no contexto cultural”, pontua.

Prevenção

Para Beatriz Accioly, o enfrentamento da discriminação baseada no gênero requer um esforço coletivo, que envolve várias iniciativas, passando pelos campos da educação, da legislação, do poder público, e também dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

Segundo a antropóloga, as leis específicas, como a Lei Maria da Penha, têm importante papel pedagógico para dizer que a violência não é uma saída. “A sociedade brasileira vê a violência como uma forma pedagógica e de resolução de conflitos no ambiente familiar. Punem-se a criança, a mulher, o idoso – aqueles que você acha que estão em situação de desvantagem e que ‘podem ser educado’. Então, para o agressor, muitas vezes, há uma motivação que ele acredita ser justa e a questão é você sinalizar com a lei mostrando que não existe violência legítima – ou seja, que ela não é uma forma legítima de resolver conflitos familiares e afetivos”, explica.

O papel da educação também é fundamental, aponta a especialista. “Entendendo que o gênero é aprendido, desde o momento mais inicial, desde a infância, é preciso pensar uma educação de gênero que não seja normativa, nem excludente, e que não favoreça assimetrias, desigualdades e violências”, frisa.

As redes sociais e a internet também têm sido importantes para circulação de relatos de vítimas e para criação de redes de apoio às mulheres. “O anonimato da internet, ao mesmo tempo que favorece certas violências, permite que as pessoas falem sobre o que aconteceu com elas e isso é super importante”, afirma.

Contatos



Ana Flávia D'Oliveira - Doutora, professora do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP

(11) 3061-7085 ou
3061-7285 - vawbr@usp.br/ aflolive@usp.br



Beatriz Accioly - antropóloga, pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença do Departamento de Antropologia da FFLCH/USP
bia.accioly.lins@gmail.com

Ausência do tema da violência de gênero na corrida eleitoral é sintoma do descaso sobre as pautas das mulheres

(Débora Prado/Agência Patrícia Galvão, 03/10/2014) A violência doméstica e sexual contra as mulheres é um fenômeno de extrema gravidade, que coloca em risco mais da

metade da população do País, as 103,8 milhões de brasileiras contabilizadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013, do IBGE. Calcada na desigualdade de gênero, a violência contra a mulher assume a forma de diversos crimes graves, como homicídios, estupros, torturas, cárceres privados e agressões constantes, conforme apontam diversas pesquisas (*ver box*).

Ainda, a cena desses crimes costuma ser o espaço doméstico, onde as agressões físicas e verbais permeiam relações ditas de afeto, perpetuando a cultura da violência e a violação dos direitos humanos das mulheres entre gerações.

Alheia à gravidade do problema e à dimensão da parcela da população brasileira vitimizada, porém, a corrida eleitoral em 2014 foi marcada até a reta final do primeiro turno pela ausência do debate sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres, segundo as fontes ouvidas pela Agência Patrícia Galvão.

“Paradoxalmente, em uma eleição em que temos três candidatas mulheres, com duas delas com possibilidades concretas de vencer, o tema das violações de gênero não entrou no debate eleitoral”, frisa a advogada e presidente da organização Themis - Gênero, Justiça e Cidadania, Denise Dora.

Agenda das mulheres é ignorada

Para a advogada, tanto as candidatas mulheres como a mídia perdem a oportunidade de discutir o diagnóstico e a superação da desigualdade de gênero existente. Essa ausência é sintoma e prova desta desigualdade, que alimenta a invisibilidade das pautas das mulheres em uma corrida eleitoral em que [o voto feminino pode definir o resultado da disputa](#).

Denise Dora compara o processo eleitoral brasileiro com a eleição do presidente Barack Obama nos Estados Unidos, em 2008, para ressaltar a invisibilidade. “Na primeira eleição do Obama a questão racial marcou muito, houve todo um debate sobre se ter um candidato negro era superação das desigualdades ou não. O mesmo não acontece no Brasil, onde não aparece conexão dos debates e campanhas com o fato de as principais candidatas à Presidência serem mulheres”, destaca.

“Sequer aparece no debate qual o tipo de barreira que elas mesmas enfrentaram na vida. A Marina falou das dificuldades que teve por ser pobre, por ter ficado doente, e a Dilma, por ter sido presa política; mas ninguém traz à tona as barreiras enfrentadas pelas mulheres na política. Elas poderiam mostrar que nem todo mundo tem os mesmos direitos e as mesmas oportunidades. Isso tinha que aparecer, como a questão racial apareceu na eleição do Obama”, defende.

Discriminação no cerne do problema

O reconhecimento das desigualdades que estão no fundamento das relações sociais e as discriminações que elas geram, explica a advogada, é essencial para o fortalecimento da política de enfrentamento à violência, uma vez que são justamente as desigualdades que autorizam a maior parte das violações dos direitos humanos das mulheres.

Este enfrentamento, segundo a especialista, exige políticas e ações partindo tanto do Estado quanto de outros atores na sociedade, como a mídia. “Como é que a mídia no seu discurso sobre a violência pode contribuir para que ela se reduza? Qual é a participação da cultura nisso - de filmes, vídeos, novelas, da literatura? Qual é a participação das empresas? Digamos que 90% dos homens que participam das relações violentas no papel de agressores trabalham em algum lugar, batem na mulher no final do dia e na manhã seguinte vão trabalhar como se nada tivesse acontecido. Essa empresa tem alguma responsabilidade em relação a isso?”, exemplifica.

Além disso, a radialista, feminista e ambientalista Denise Viola lembra que essa é uma política pública que não diz respeito só as mulheres, pois se trata da construção de uma sociedade melhor como um todo. “A violência traz

impactos para a vida física, psicológica e afetiva, e muitas vezes econômica também, de milhares de mulheres. Traz impactos negativos para as crianças que convivem com a violência dentro de casa. É responsável por perda de produtividade, pela diminuição de anos vividos, aumenta a tendência ao suicídio entre as mulheres e gasta-se muito do dinheiro público para remediar as consequências dessa grave violação”, aponta.

Para se desconstruir a cultura que alimenta essa forma de violência e trabalhar a prevenção, destaca a radialista, é preciso promover justamente um debate maior com a população. “No período que antecede as eleições é muito comum ouvir propostas vagas - como cidadania, sociedade igualitária, sociedade sustentável, justiça. Mas de que justiça, de que segurança estamos falando? Pode não ser a mesma para mim e para você. E no que diz respeito à violência contra as mulheres, ninguém vai dizer que é a favor, mas também não dizem como as propostas de prevenção e enfrentamento vão se viabilizar”, afirma.

O caminho, segundo a advogada da Themis Denise Dora, já está traçado: “A política de enfrentamento à violência contra as mulheres está estruturada em termos institucionais: tem uma lei importante com uma concepção muito boa, que é a Lei Maria da Penha, tem uma reforma no Poder Judiciário em curso, e esta é uma pauta prioritária na maioria dos Conselhos e Secretarias de Políticas para as Mulheres em vários Estados e em nível federal. Os órgãos de Segurança Pública, que resistem mais a estabelecer esse tema como parte de suas agendas, começam também a fazer isso. Mas, termos uma política estruturada do ponto de vista institucional não significa que tenhamos uma boa política, porque precisamos mais do que isso. A gente precisa pensar como essa política dialoga com outros elementos da sociedade no campo da cultura, da educação e do trabalho”, conclui.

Pesquisas evidenciam a gravidade do problema

Dados da última edição do [Anuário Brasileiro de Segurança Pública](#) mostram que o número total de estupros registrados em 2012 subiu 19,3% em relação ao ano anterior, atingindo 50,6 mil casos - ou seja, quase seis denúncias a cada hora.

Com uma taxa de 4,4 assassinatos em 100 mil mulheres, o Brasil também está entre os países com maior índice de [homicídios femininos](#): ocupa a sétima posição em um *ranking* de 84 nações, segundo dados do Mapa da Violência 2012 (Cebela/Flacso). Entre 1980 e 2010, mais de 92 mil mulheres foram assassinadas, sendo 43,7 mil só na última década - ou seja, em média, a cada 2 horas uma brasileira foi morta em condições violentas.

Nos primeiros seis meses de 2014, a [Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180](#) realizou 265.351 atendimentos, sendo que as denúncias de violência corresponderam a 11% dos registros - ou seja, foram reportados 30.625 casos - somente por essa via em seis meses. Em 94% dos casos, o autor da agressão foi o parceiro, ex ou um familiar da vítima.

E, apesar de ser um crime e grave violação de direitos humanos, a violência segue vitimando milhares de brasileiras reiteradamente: 77% das mulheres em situação de violência sofrem agressões semanal ou diariamente. Os dados mostram ainda que violência doméstica também atinge os filhos com frequência: em 64,50% os filhos presenciaram a violência e, em outros 17,73%, além de presenciar, também sofreram agressões.

Não à toa, a pesquisa [Percepção da sociedade sobre a violência e assassinatos de mulheres](#), realizada pelo Data Popular e Instituto Patrícia Galvão, revelou significativa preocupação da sociedade com a violência doméstica e os assassinatos de mulheres pelos parceiros ou ex-parceiros no Brasil. Para 70% da população, a mulher sofre mais violência dentro de casa do que em espaços públicos no Brasil.

Os dados revelam ainda que o problema está presente no cotidiano da maior parte dos brasileiros: entre os entrevistados de ambos os sexos e todas as classes sociais, 54% conhecem uma mulher que já foi agredida por um parceiro e 56% conhecem um homem que já agrediu uma parceira. E 86% concordam que a agressão contra a mulher deve ser denunciada à Polícia, demonstrando que o enfrentamento a esta forma de violência tem o respaldo da população.

Saiba mais: Cobertura exclusiva do Instituto Patrícia Galvão - Mulheres nas Eleições 2014

[>> Mulheres e negros ainda não se veem no debate eleitoral](#)

[>> Demandas das mulheres estão ausentes dos debates políticos](#)

[>> Debate sobre creche como demanda e direito das mulheres ainda é esquecido na pauta eleitoral](#)

[>> Aumento de candidatas ao Legislativo deve ser analisado sem efusividade, pondera a cientista política Céli Pinto](#)

Como as piadas de estupro contribuem para a cultura do estupro

(Brasil Post, 21/08/2014) Tenho amigas, conhecidas e amigas de amigas que foram estupradas e atacadas sexualmente. Escutei pacientemente quando elas contaram suas experiências do que aconteceu, ou do que deveria ter acontecido e do que nunca acontecerá.

É de partir o coração.

O choque que se materializa ao perceber que alguém próximo de você foi estuprada ou atacada sexualmente estilhaça a realidade e questiona se existe realmente bem no mundo.

Nos Estados Unidos, uma americana é atacada sexualmente a cada dois minutos, mas as pessoas continuam pensando que fazer piadas sobre estupro ou ataque sexual pode ser visto como engraçado. Não é.

Algumas pessoas dizem que é porque eu “não entendo piadas” ou preciso “ser mais leve” ou “ter mais senso de humor”. O meu senso de humor está ótimo, mas obrigada por verificar.

Quando você está em sua casa e recebe um telefonema de alguém próximo de você que pensa que foi abusado e por que diabos alguém faria isso, seu mundo balança por alguns momentos e você tenta manter o equilíbrio enquanto escuta o que a pessoa tem a dizer.

Por isso, ouvir uma piada sobre estupro não deve ser engraçado. Perguntas como “Não seria engraçado se uma mulher fosse estuprada por um bando?” ou “O sexo matinal é ótimo — a não ser quando você está na prisão” ou quando, ao discutir os resultados de uma prova com colegas, não é engraçado quando elas dizem que foram “estupradas” pelo teste por causa de sua dificuldade?

É claro que não é engraçado. É grosseiro e insultante.

Isso também deriva de nossa cultura. Canções que glorificam o ataque e o abuso sexual estão nas paradas de sucesso, filmes que apresentam estupro e ataque sexual ganham Oscars e o estupro parece ser usado como “atração” na televisão. Há inúmeros artigos em que a norma é culpar a vítima. Estudantes colegiais e universitários compartilham vídeos e fotos de estupro e ataque sexual com seus amigos, e isso se espalha como fogo no mato. As pessoas publicam piadas sobre estupro na mídia social, e quando outras tentam dizer que não é engraçado elas respondem dizendo que não entendem esse tipo de humor.

Embora os detalhes ainda estejam sendo elucidados, basicamente o comediante Daniel Tosh fez uma “piada de estupro” quando um membro da plateia o censurou e a história se tornou viral. Ele disse: “Não seria engraçado se aquela garota [referindo-se a um membro da plateia que o censurou sobre piadas de estupro no início da apresentação] fosse estuprada por cinco caras neste momento? Agora mesmo?”

Mas o verdadeiro significado de “estupro” e “piada” juntos precisa ser melhor examinado. Como escreveu Elissa Bassist em seu artigo no “Daily

Beast”:"O debate sobre Tosh não deveria ser 'as piadas de estupro são engraçadas?'. É a direção errada: sua declaração foi uma crítica tremendamente inadequada, um lembrete e uma ameaça de que aquela mulher poderia ser estuprada por um bando naquele momento. Existe uma diferença entre fazer uma piada para indicar o absurdo de uma situação e o que Tosh fez, conscientemente ou não, que foi usar o humor para humilhar uma mulher que se manifestou sobre algo em que ela acreditava.”

O que fazer piadas sobre uma questão tão séria diz sobre reconhecer o ataque sexual como um ato violento? Em uma nova reportagem, foi revelado que jovens mulheres “consideram a violência sexual contra elas normal”. Se continuarmos minimizando as consequências do estupro e do ataque sexual para uma pessoa, continuarmos agindo com descasosobre uma cena de estupro em um filme, continuarmos dizendo que “os meninos são meninos” e depois continuarmos no processo de culpar a vítima, como poderemos superar isto?

Tosh pediu desculpas pelo Twitter, mas parecia ser um “desculpe que não estou arrependido”.



 **daniel tosh** 
@danieltosh 

all the out of context misquotes aside, i'd like to sincerely apologize j.mp/PJ8bNs

5:56 PM - 10 Jul 2012

[So a Girl Walks into a Comedy Club....](#)

This is something that happened to a friend of mine in her own words. "So, on Friday night my friend and I were at her house and wanted to get out and do something for the evening. We brainstormed...

 **Tumblr** @tumblr

511 RETWEETS 466 FAVORITES   

Só porque existe algo como a livre expressão e sim, você pode dizer qualquer coisa que quiser e fazer piadas de situações trágicas e até de pessoas, não quer dizer que você deva fazer isso. Não significa que esteja certo. Nem

todas as coisas horríveis do mundo precisam que alguém faça uma piada sobre elas.

Há comediantes que não estão defendendo as piadas sobre estupro, como W. Kamau Bell, Molly Knefel e Hari Kondabolu — e outros que as defendem, como Dane Cook, Stevie Ryan e Sarah Beattie.

Alguns comediantes acham que desde que você entra em um clube de comédia qualquer coisa vale. Foi a opinião do comediante Jim Norton, quando ele e a Jezebel de Lindy West falaram sobre a ética das piadas de estupro na série noturna da FX “Totally Biased with W. Kamau Bell”. Explicando por que eles falam sobre assuntos sérios em clubes de comédia, Norton disse: “Nós todos saímos sentindo o mesmo sobre esses assuntos, mas o alívio da comédia é que ela pega coisas que não são engraçadas e nos permite rir sobre elas durante uma hora e depois temos o resto do dia para vê-las como as coisas horríveis e tristes que são na verdade”.

Mas às vezes os comediantes não têm tanta sorte ao expressar suas opiniões sobre a comédia.

O apresentador de podcast na Citizen Radio e feminista Jamie Kilstein disse que as piadas de estupro não são engraçadas em uma entrevista à MSNBC, e a partir daí ele perdeu amigos e trabalho. Ele disse mais tarde: “O que é hilariante é que os comediantes que fazem essas horríveis piadas de estupro dizem que elas são modernas. Não há nada de moderno em viver nos EUA como um homem branco e assediar mulheres. Essa é realmente a coisa menos moderna que você pode fazer. Você não é um rebelde agindo dessa maneira. Os comediantes têm tanta coisa sobre as quais podem falar. Não temos seguro-saúde. Não temos um sindicato, mas de certa forma quando as piadas de estupro são apresentadas todos os comediantes do universo encontram algo em que eles concordam, então os comediantes negros, os comediantes gays e os comediantes brancos se unem e dizem que as piadas de estupro são engraçadas. É idiotice. Eu acho que é preguiça e mesquinha.”

Mas as piadas de estupro não são ditas apenas no interior dos clubes de

comédia. Isso continua acontecendo e continuamos a vê-las em programas de televisão e na cultura pop. A cultura do estupro é prevalente, como é mostrado em parte por esta compilação de vídeos da “New York Magazine”:

A pior parte das piadas sobre estupro e ataque sexual é que há consequências sérias. Jovens homens e mulheres já se mataram por causa das consequências do abuso sexual e estupro. Cerca de 33% das pessoas que foram estupradas têm pensamentos suicidas, e cerca de 13% das vítimas de estupro tentam cometer suicídio.

A estudante de 15 anos Audrie Pott foi encontrada enforcada em um banheiro dias depois de ter sido atacada sexualmente em uma festa e de fotos terem sido usadas para ameaçá-la. Thomas Malone, um estudante do Amherst College, deixou um bilhete e se matou quando não podia mais enfrentar o ataque sexual que tinha ocorrido quando frequentava a faculdade. Uma canadense de 17 anos, Rehtaeh Parsons, morreu depois de uma tentativa de suicídio. A família disse que a menina nunca se recuperou do estupro supostamente cometido contra ela por quatro adolescentes. Seu pai escreveu um post comovente sobre as consequências de seu suicídio e o que havia permitido que isso acontecesse.

São casos terríveis, cheios de acusações à vítima, de uma comunidade que censura as vítimas enquanto elogia os estupradores como “vítimas”.

Seguindo em frente, como podemos deter o estupro? O ataque sexual? A cultura do estupro? As piadas de estupro?

Precisamos abordar a cultura do estupro. Precisamos reconhecer que, segundo um estudo recente, os homens são estuprados com a mesma frequência que as mulheres. Precisamos compreender que os dois sexos têm experiências semelhantes de alguns tipos de vitimização sexual. Precisamos parar de culpar as vítimas. Precisamos parar de perguntar “o que você estava vestindo?” e começar a demonstrar compaixão. Precisamos parar de obrigar as vítimas a se esconder por causa de “piadas”, e em vez disso encorajar as vítimas a procurar as autoridades e relatar o que aconteceu.

Precisamos romper o silêncio.

Ao envolver homens e meninos nessa discussão, juntamente com as mulheres, encorajamos as comunidades a agir e obrigamos todos a ser responsáveis.

O vice-presidente Joe Biden disse em uma entrevista a “The Huffington Post ” que “não basta não ser um abusador”. A Casa Branca também lançou recentemente um Anúncio de Serviço Público que incentiva os homens a agir quando virem uma mulher sendo atacada. Do “Huffington Post”: “O vice-presidente rejeitou a ideia de que a Casa Branca precisa que o Congresso aja para ter um efeito real. ‘Nós nem sequer temos leis para isto’, disse ele. ‘Estamos tentando mudar a cultura.’”

Você pode assistir ao vídeo abaixo:

Existe uma linha fina, e quando ela é cruzada não há como voltar. Você nunca pode realmente esquecer o fato de que alguém foi estuprado ou atacado sexualmente.

Esse conhecimento fica em você e nunca desaparece. E não deve ser algo para se fazer piadas.

Nas palavras da comediantes Sara Schaefer:

“Na minha opinião, a comédia floresce mais quando nos une, e não quando nos separa”.

Madeline Wahl

Acesse no site de origem: [Como as piadas de estupro contribuem para a cultura do estupro \(Brasil Post, 21/08/2014\)](#)

Huck indigna governo e faz Globo ser denunciada

(Brasil 247 - 27/06/2014) Emissora dos Marinho foi denunciada pelo crime de exploração sexual depois que o apresentador Luciano Huck fez uma ação nas redes sociais oferecendo brasileiras aos “príncipes encantados gringos”; ex-ministra dos Direitos Humanos Maria do Rosário cobrou retratação por difundir que mulheres brasileiras estão disponíveis para estrangeiros; denúncia já foi protocolada no Ministério Público

Uma campanha promovida pelo apresentador Luciano Huck, da Globo, que incentiva mulheres brasileiras a conquistarem “gringos” que estão no País para a Copa do Mundo, causou grande polêmica nas redes sociais. Agora, o caso chegou à esfera judicial. Os blogs O Cafezinho, de Miguel do Rosário, e Megacidania denunciaram a emissora por crime de exploração sexual.



“Ta no Rio? Solteira? Quer 1 príncipe encantado entre os ‘gringos’ q estão na cidade. Mande fotos e o pq; namoradaparagringo@globomail.com”, tuitou Luciano Huck na última terça-feira 24. “Está claro que a Globo cometeu um crime grave”, escreve Miguel do Rosário, em seu blog. “A campanha teria que ser feita para homem, mulher e homossexuais. Se se trata de ‘amor’, por que só mulheres com ‘gringos’? Por que não homens com ‘gringas’? É muito estranho!”, acrescentou.

Acesse a integra no Portal Compromisso e Atitude: [Huck indigna governo e faz Globo ser denunciada](#)

A cada 2 dias ocorre um feminicídio em São Paulo

(Débora Prado / Agência Patrícia Galvão, 24/06/2014) Dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo reforçam avaliação de que o crime com motivação de gênero é uma das maiores causas da morte de mulheres.

Na última-sexta feira, 13, uma reportagem do jornal Folha de S.Paulo ([leia aqui](#)) trouxe dados alarmantes sobre a violência em São Paulo: 12,5% de um total de 1.606 vítimas de homicídios dolosos de janeiro a abril deste ano foram motivados por conflitos entre familiares e casais, segundo dados do governo. Esses crimes levaram à triste estatística de que, a cada 2 dias, 3 pessoas foram mortas em briga de família no Estado.

A reportagem, porém, não informava quantas vítimas deste percentual eram homens e quantas eram mulheres - o que, para especialistas ouvidas pela Agência Patrícia Galvão, desconsidera um dado importante da realidade. “Uma peculiaridade nos crimes que acontecem dentro da família é que, no Brasil e internacionalmente, a maior parte das vítimas são mulheres”, contextualiza a médica Ana Flávia d’Oliveira, pesquisadora da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, especialista em violência de gênero e professora no Departamento de Medicina Preventiva da USP.

“Se observarmos os dados disponíveis sobre os homicídios de mulheres, como o [Mapa da Violência](#) e o [Dossiê Mulher do Rio de Janeiro](#), vamos ver que os crimes em família têm uma característica feminina. As mortes das mulheres por pessoas que não são da sua intimidade, da sua família, por exemplo, são bastante inferiores aos homicídios praticados contra as mulheres no espaço doméstico. Da mesma forma, a grande maioria das vítimas de estupro são mulheres e o peso da violência sexual contra as mulheres e meninas é mais alto no espaço familiar”, compara a advogada Leila Linhares Barsted, coordenadora executiva da ONG Cepia - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação, que integrou o consórcio de organizações que elaborou o anteprojeto da [Lei Maria da Penha](#).

Especialista no enfrentamento da violência contra as mulheres, Leila Linhares aponta: “sem os dados desagregados por sexo ficamos sem saber o peso da violência contra as mulheres neste quadro de São Paulo. Podemos inferir apenas que a maioria das vítimas nas brigas entre casais sejam mulheres”.

Os dados desagregados obtidos pela Agência Patrícia Galvão junto à Secretaria de Segurança Pública ([disponíveis na íntegra neste link](#)) mostram que as análises das especialistas estão corretas. De janeiro a abril, 63,2% das vítimas de homicídio motivado por conflitos entre casais eram mulheres. Nos conflitos entre familiares, 39,8% das vítimas eram do sexo feminino.

Isso quer dizer que dos cerca de 90 assassinatos motivados por briga de casal, 57 foram de mulheres. Se adicionados a estes dados os números relativos a outro tipo de crime também frequentemente associado à violência de gênero - o de mortes com sinais de violência sexual - o percentual de vítimas mulheres é ainda maior: 83,3%, ou seja, mais 8 homicídios.

Estima-se que a cada dois dias uma mulher seja assassinada por razão de gênero somente no Estado de São Paulo

Contudo, esses dados ainda podem estar ocultando a real gravidade do fenômeno da violência de gênero, uma vez que consideram só os homicídios dolosos que constam nos boletins de ocorrência registrados pela Polícia Civil no Estado em que foi apontada que a motivação do assassinato enquadra-se em “conflitos entre casais” e aqueles em que o crime foi praticado com violência sexual - duas das condicionantes que segundo o Projeto de Lei do Senado 292/2013 caracterizam o [feminicídio](#) (ou o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher, quase sempre cometido por homens e motivado pelo ódio, o desprezo ou o sentimento de perda da propriedade sobre a vítima).

Vítimas segundo o contexto ou possível motivação do homicídio e sexo (%)	Total Jan-Abr	Masc	Fem
Indícios de execução	17,7%	93,9%	4,7%
Morte com evidência de grave emprego de violência (sem maior caracterização)	22,2%	86,2%	10,4%
Sem classificação prévia	28,0%	89,6%	8,0%
Conflito interpessoal I - entre conhecidos ou desconhecidos	11,1%	94,0%	5,2%
Conflito interpessoal II - entre familiares	6,9%	60,2%	39,8%
Conflito relacionado a uso ou tráfico de entorpecentes	5,6%	89,6%	10,4%
Conflito interpessoal III - entre casais, companheiros	5,6%	33,8%	63,2%
Crimes de intolerância (raça/etnia, orientação sexual, credo)	0,2%	100,0%	0,0%
Acidente de trânsito (dolo eventual)	1,8%	81,8%	18,2%
Morte com sinais de violência sexual	0,5%	16,7%	83,3%
Morte de preso	0,1%	100,0%	0,0%
Linchamento	0,2%	100,0%	0,0%
TOTAL	100,0%	84,5%	13,6%

Fonte: RDO - Registro Digital de Ocorrências

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO: Distribuição de vítimas de homicídio doloso no Estado segundo sexo e contexto ou possível motivação, com base no Registro Digital de Ocorrências (Jan. a Abr/2014 - em %)

Se também forem considerados os homicídios de mulheres motivados por conflitos intrafamiliares, o número subiria para praticamente um assassinato a cada dia. A Secretaria de Segurança Pública informa ainda que em 28% dos BOs a motivação ou o contexto do homicídio não foi apontado previamente.

“As mulheres são assassinadas por serem mulheres. E não é por acaso que a violência doméstica e a sexual são denunciadas pelos movimentos de mulheres há décadas, é porque elas são uma realidade empírica, um fato no cotidiano das mulheres. E vale lembrar que os casos em que ocorrem mortes são só o pico do *iceberg*, uma vez que não contemplam muitos mais episódios em que não há morte, mas há danos à saúde física, mental e aos direitos das mulheres”, destaca a médica e pesquisadora Ana Flávia D’Oliveira, diante das estatísticas da Secretaria de Segurança de São Paulo.

Segundo Ana Flávia, a maior parte dos homicídios dolosos acontece no espaço público, no Brasil e no mundo, e é tanto cometida quanto dirigida aos homens. “Eles são a maioria das vítimas na idade reprodutiva, até porque parte do legado da discriminação das mulheres foi colocar o espaço público como um espaço masculino”, explica. No espaço privado, porém, a estatística se inverte: a maior parte dos autores de agressões seguem sendo do sexo

masculino, mas a maior parte das vítimas são mulheres.

Nesse sentido, para a médica, ignorar a distribuição por sexo nos crimes cometidos em relações íntimas é um problema, uma vez que não permite a compreensão de que diferentes formas de homicídios necessitam de políticas públicas distintas.

Causas da violência doméstica

Diferentemente do que aponta o psicólogo e professor da USP Sérgio Kodato na reportagem da Folha de S.Paulo - para quem os fatores que influenciam nesse quadro de violência na família vão de crise econômica a desorganização familiar, causada em parte pela ausência da figura da 'autoridade paterna' - as especialistas em violência contra as mulheres destacam que as causas dos crimes em relações íntimas são fruto de um padrão histórico, mantido e atualizado justamente pela definição monolítica e hierarquizada de supostos papéis de homens e mulheres, criando relações desiguais de poder.

“É preciso enxergar que nos arranjos familiares há desigualdades de valor e de poder e reconhecer que, se isso não for observado e trabalhado, a violência continuará acontecendo”, avalia a médica Ana Flávia.

Em sentido semelhante, Leila Linhares lembra que a violência contra as mulheres no ambiente doméstico de hoje é fruto da manutenção de um padrão histórico de banalização destes crimes no âmbito da família. “Hoje em dia temos mais estatísticas que mostram claramente que isso acontece, mas vivemos num país em que, até recentemente, a violência contra a mulher era banalizada”, comenta.

Para além da realidade das mulheres, ela aponta ainda outros padrões de discriminação muito fortes no Brasil, que também estão associados ao uso da violência e atingem outras parcelas da sociedade, como negros, indígenas, homossexuais e moradores de rua.

“Não podemos esquecer que no nosso país milhões de pessoas foram tratadas como 'coisa'. Nós temos essa herança da escravidão, que nos deixou padrões de desumanização do outro. Passamos ainda por ditaduras que legitimaram a

violência, como a ditadura militar que deixou um legado forte nas instituições. Além disso, existe um padrão de competitividade muito forte na sociedade hoje em dia, que favorece o não reconhecimento de mecanismos de solidariedade ou de gentileza entre as pessoas. Temos que pensar e refletir muito sobre esse tecido social brasileiro, olhando para o legado dessa história de discriminação e desumanização do outro”, destaca Leila Linhares.

Família

As especialistas ressaltam ainda a importância do reconhecimento dos múltiplos modelos de família para se pensar em políticas públicas que possam diminuir essa violência. “Do ponto de vista sociológico, você tem famílias de mãe com filhos, de avós com netos, tios, famílias homoparentais, mães e pais solteiros – temos um mosaico de formações de família muito forte na sociedade brasileira e esse mosaico não quer dizer que essas novas formas de família vão gerar pessoas que vão cometer crimes. O fato de não se ter pai, por exemplo, não significa que não há ali outras figuras que exerçam a função de criação. Do mesmo modo, a presença do pai não é garantidora de que não vão acontecer crimes. Nós temos criminalidade no mundo todo, por diferentes fatores sociais e psíquicos”, frisa a advogada Leila Linhares.

Para a médica Ana Flávia, é muito perigoso associar os crimes domésticos a normas tradicionais de gênero, como as de que seria papel do homem ser o provedor e chefe da família, enquanto da mulher seria cuidar da casa e dos filhos. “Essas normas só reiteram as desigualdades nas relações que estão na base da maioria destes crimes”, destaca.

Em relação ao homicídio de mulheres, o caminho para reduzir as tristes estatísticas, para a médica, está justamente na mudança de relações desiguais e na efetivação dos direitos já previstos em Lei. “A Lei Maria da Penha é um instrumento legal de política afirmativa para reduzir a violência contra as mulheres que a política urbana não reduz. E o caminho que ela aponta é o de valorização das mulheres na sociedade e a promoção da igualdade entre homens e mulheres”, aponta.

Indicações de fontes



Ana Flávia D'Oliveira - médica, professora do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP
(11) 3061.7085 ou 3061.7285 (Secretaria) - aflolive@usp.br



Leila Linhares Barsted - advogada e coordenadora da Cepia - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação
(21) 2205.2136 / 2558.6115 / 98700.3106
- barsted@cepia.org.br

EUA voltam a cobrar mais empenho brasileiro contra tráfico humano

(BBC Brasil, 20/06/2014) Um relatório divulgado nesta sexta-feira pelo Departamento de Estado americano avalia que os esforços do governo brasileiro para combater o tráfico de pessoas, apesar de “significativos”, ainda não são suficientes para eliminar o problema.

“O governo brasileiro não obedece completamente aos padrões mínimos para a eliminação do tráfico de pessoas”, diz o documento. “No entanto, está fazendo esforços significativos.”

Leia também: [Cuba diz que relatório dos EUA sobre tráfico humano é ‘manipulador’ \(G1/Mundo, 21/06/2014\)](#)

[- EUA incluem a Venezuela em sua lista negra de tráfico de pessoas \(El País, 20/06/2014\)](#)

O documento diz que o Brasil continua a ser “fonte e destino” de homens,

mulheres e crianças submetidos a tráfico sexual e trabalhos forçados, tanto dentro do país quanto no exterior.

Segundo o relatório, o turismo sexual infantil continua a ser um problema, principalmente no Nordeste.

O Departamento de Estado menciona a correlação entre trabalho escravo e degradação ambiental, principalmente na região amazônica.

Mas ressalta que o trabalho escravo ocorre não apenas no campo e observa que, em 2013, as autoridades brasileiras identificaram pela primeira vez mais indivíduos em trabalho escravo em áreas urbanas do que em áreas rurais.

Categorias

A avaliação sobre o Brasil é semelhante a de anos anteriores. O relatório anual analisa 188 países, divididos em quatro categorias, de acordo com os esforços feitos para combater o tráfico humano.

O Brasil é incluído na categoria 2, destinada a países que ainda não se adequaram totalmente aos padrões mínimos previstos, mas estão fazendo esforços.

Vinte e três países foram incluídos na última categoria, entre eles Venezuela, Tailândia e Malásia, que foram rebaixados neste ano.

Essa categoria reúne países que “não estão fazendo esforços significativos”. Esses países estão sujeitos a sofrer algum tipo de sanção dos Estados Unidos

“Os EUA são os primeiros a admitir que nenhum governo está fazendo o suficiente”, disse o secretário de Estado, John Kerry, na cerimônia de lançamento do relatório.

Kerry ressaltou o fato de que há 20 milhões de vítimas de tráfico no mundo. “Isso em uma estimativa conservadora”, observou o secretário. “Todos temos que fazer mais.”

Recomendações

O relatório reconhece que as autoridades brasileiras aumentaram o número de investigações criminais contra potenciais traficantes e condenaram pelo

menos sete traficantes sexuais e cinco acusados de explorar trabalho escravo.

No entanto, observa que muitos casos levam vários anos até a condenação final e alguns dos condenados cumprem suas penas com prisão domiciliar, serviços comunitários ou apenas pagamento de fiança.

Segundo o Departamento de Estado, “os estatutos (brasileiros) que proíbem tráfico de pessoas não se alinham à lei internacional, dificultando a avaliação completa dos esforços do governo”.

Entre as recomendações feitas ao Brasil está a de aumentar os esforços para investigar e processar crimes relativos ao tráfico de pessoas e condenar e sentenciar os criminosos.

O Departamento de Estado também recomenda a aplicação de sentenças mais rigorosas para traficantes de pessoas e o aumento do financiamento a assistência especializada, abrigo e proteção para vítimas.

Copa e Olimpíada

Um trecho do relatório é dedicado à relação entre tráfico humano e grandes eventos esportivos.

O documento não cita o Brasil especificamente, apenas fornece recomendações gerais para países que irão abrigar esse tipo de evento, entre eles as próximas Olimpíadas até 2020 (a de 2016 será no Rio) e a Copa do Mundo de 2018 (na Rússia) e 2022 (no Catar).

“Grandes eventos esportivos são tanto oportunidade para aumentar conscientização quanto desafio para identificar vítimas de tráfico e processar traficantes”, diz o texto.

“Governo em países que vão sediar eventos esportivos devem identificar potenciais falhas em suas respostas ao tráfico de pessoas.”

Acesse no site de origem: [EUA voltam a cobrar mais empenho brasileiro contra tráfico humano \(BBC Brasil, 20/06/2014\)](#)